

CAUSAS DA EROÇÃO ATUAL DOS DIREITOS HUMANOS

LEONARDO BOFF

Petrópolis, RJ, Brasil

Vivemos num mundo no qual os Direitos Humanos são violados, praticamente em todos os níveis, familiar, local, nacional e planetário. O Relatório Anual da Anistia Internacional de 2013 com referência a 2012 cobrindo 159 países faz exatamente esta dolorosa constatação. Ao invés de avançarmos no respeito à dignidade de humana e aos direitos das pessoas, dos povos e dos ecossistemas estamos regredindo a níveis de barbárie. As violações não conhecem fronteiras e as formas desta agressão se sofisticam cada vez mais.

A forma mais covarde é a ação dos “drones”, aviões não pilotados que a partir de alguma base do Texas, dirigidos por um jovem militar diante de uma telinha de televisão, como se estivesse jogando, consegue identificar um grupo de afegãos celebrando um casamento e dentro do qual, presumivelmente deverá haver algum guerrilheiro da Al Qaeda. Basta esta suposição para com um pequeno clique lançar uma bomba que aniquila todo o grupo, com muitas mães e crianças inocentes.

É a forma perversa da guerra preventiva, inaugurada por Bush e criminosamente levada avante pelo Presidente Obama que não cumpriu as promessas de campanha com referência aos Direitos Humanos, seja ao fechamento de Guantánamo, seja à supressão do “Ato Patriótico” (antipatriótico) pelo qual qualquer pessoa dentro dos EUA pode ser detida por suspeita de terrorismo, sem necessidade de avisar a família. Isso significa sequestro ilegal que nós na América Latina conhecemos de sobejo. Verifica-se em termos econômicos e também de Direitos Humanos uma verdadeira latino-americanização dos EUA no estilo dos nossos piores momentos da época de chumbo das ditaduras militares. Hoje, consoante o Relatório da Anistia Internacional, o país que mais viola direitos de pessoas e de povos são os eua.

Com a maior indiferença, qual imperador romano absoluto, Obama nega-se a dar qualquer justificativa suficiente sobre a espionagem mundial que seu Governo faz a pretexto da segurança nacional, cobrindo áreas que vão de trocas de e-mails amorosos entre dois apaixonados até dos negócios sigilosos e bilionários da Petrobrás, violando o direito à privacidade das pessoas e à soberania de todo um país. A segurança anula a validade dos direitos irrenunciáveis.

O Continente que mais violações sofre é a África.


É o Continente esquecido e vandalizado. Terras são compradas (land grabbing) por grandes corporações e pela China para nelas produzirem alimentos para suas populações. É uma neo-colonização mais perversa que a anterior.

Os milhares e milhares de refugiados e imigrantes por razões de fome e de erosão de suas terras são os mais vulneráveis. Constituem uma subclasse de pessoas, rejeitadas por quase todos os países, “numa globalização da insensibilidade”, como a chamou o Papa Francisco. Dramática, diz o Relatório da Anistia Internacional, é a situação das mulheres. Constituem mais da metade da humanidade, muitíssimas delas sujeitas a violências de todo tipo e em várias partes da África e da Ásia ainda obrigadas à mutilação genital.

O fundamento último do cultivo dos Direitos Humanos reside na dignidade de cada pessoa humana e no respeito que lhe é devido. Dignidade significa que ela é portadora de espírito e de liberdade que lhe permite moldar sua própria vida. O respeito é o reconhecimento de que cada ser humano possui um valor intrínseco, é um fim em si mesmo e jamais meio para qualquer outra coisa. Ante cada ser humano, por anônimo que seja, todo poder encontra o seu limite, também o Estado.

O fato é que vivemos num tipo de sociedade mundial que colocou a economia como seu eixo estruturador. A razão é só utilitarista e tudo, até a pessoa humana, como o denuncia o Papa Francisco é feita “um bem de consumo que uma vez usado pode ser jogado fora”. Numa sociedade assim não há lugar para direitos, apenas para interesses. Até o direito sagrado à comida e à bebida só é garantido para quem puder pagar. Caso contrário, estará ao pé da mesa, junto aos cães esperando alguma migalha que caia da mesa farta dos ‘epulões’.

Neste sistema econômico, político e comercial se assentam as causas principais, não exclusivas, que levam permanentemente à violação da dignidade humana. O sistema vigente não ama as pessoas, apenas sua capacidade de produzir e de consumir.

A tarefa além de humanitária e ética é política: como transformar esta sociedade malvada numa sociedade onde os humanos possam se tratar humanamente e gozar de direitos básicos. Caso contrário a violência é a norma e a civilização se degrada em barbárie. 

O PENSAMENTO POSCOLONIAL E OS DIREITOS HUMANOS

HÉCTOR LAPORTA

Lima, Peru - New York, EUA

Há uma contradição entre a retórica da liberdade do século XIX e a atual experiência de violência e intolerância com o “outro”, a “outra”. Os movimentos independentistas e a formação das novas Repúblicas latino-americanas contra o colonialismo espanhol de meados do século XIX têm em comum os laços entre o novo Estado Nacional e a Igreja Católica. Tal aliança mudou e foi reformada de diferentes formas em cada país latino-americano.

O pensamento descolonial nos mostra como o colonialismo não terminou com as guerras de Independência, mas continua presente em categorias de pensamento, sistemas de crenças e valores em que as identidades e subjetividades subordinadas na América foram reproduzidas pela Igreja Católica com o apoio dos novos grupos dominantes de brancos nascidos no Novo Mundo.

Duas evidências destes laços entre a Igreja Católica e o Estado latino-americano são: o Concordato, acordo estabelecido entre a Igreja Católica e as novas Repúblicas independentes; e em segundo lugar, a influência ética da Igreja Católica na restrição de direitos civis sobre certos grupos de cidadãos em temas como papéis de gênero, casamento e vida sexual.

A primeira evidência são os acordos ou Concordatos que a maior parte dos novos países latino-americanos independentes assinou com o Vaticano. Antes de continuar, é importante lembrar que Benito Mussolini outorgou status de Estado independente ao Vaticano, em 1929. O Concordato é um acordo entre Nação-Estado e a Igreja Católica em termos de privilégios, direitos e benefícios econômicos de parte do Estado. Em alguns casos, como no Peru, o Concordato foi originalmente assinado pelo ditador Francisco Morales Bermúdez (1980), que foi parte da Operação Condor, uma campanha de perseguição orquestrada pelas ditaduras de direita da América Latina contra militantes de esquerda nos anos 70. Este acordo entre oficiais da Igreja Católica e as ditaduras militares da América Latina foi uma cumplicidade para a violação dos Direitos Humanos e os milhares

de desaparecimentos que se deram na região (Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Peru). Atualmente este acordo se tornou inconstitucional, porque viola o princípio da autonomia do Estado secular moderno em relação a qualquer credo religioso em particular. A prevalência do Concordato viola os direitos dos cidadãos que não se identificam com esta crença particular. Em alguns países, como o Peru, os bispos da Igreja Católica recebem do Estado um salário similar ao dos ministros de governo.

A segunda evidência é a influência ideológica da Igreja Católica através dos valores morais. A moral católica limita qualquer outro conhecimento moral, estabelecendo uma perspectiva dualista e antinômica nos valores morais dos cidadãos: uma moral determinada por céu/terra, cristão/pagão, virtude/pecado, puro/impuro. Esse sistema é ensinado através da catequese, a disciplina sobre o corpo por meio dos ritos e a repressão dos desejos sexuais através da confissão. A partir deste duplo poder, a ortodoxia da Igreja Católica estabeleceu os critérios para o matrimônio, a vida sexual e os papéis de gênero.

Hoje em dia, em pleno século XXI, este pensamento colonialista afeta os direitos de uma parte importante da população. Principalmente mulheres e pessoas da comunidade LGBTQ. Quanto ao casamento, para além do fato de ser um direito de qualquer cidadão segundo a lei civil, a Igreja Católica na América Latina tomou para si o monopólio para controlar o casamento. Argumentando que é um rito religioso, estabeleceu os critérios sobre quem pode e quem não pode se casar, negando outras tradições religiosas e os direitos de outras pessoas.

Os mecanismos culturais do colonialismo funcionam por meio da estigmatização e discriminação de uma parte importante da população. São formas de pensamento e políticas que tratam os cidadãos como crianças: o papai Estado e a mamãe Igreja têm que dizer a eles o que é certo e bom para eles. São violações dos Direitos Humanos que afetam as classes pobres, mulheres, indígenas e comunidades LGBTQ. □